

Conjuntura Econômica Brasileira

Palestrante: José Márcio Camargo – Professor e Doutor em Economia

Presidente de Mesa: José Antonio Teixeira – presidente da FENEP



Tentarei dividir minha palestra em duas partes: a) numa parte falarei um pouco da conjuntura econômica brasileira – como chegamos até aqui e o que deveremos esperar para os próximos meses, o próximo ano; b) na segunda parte falarei a respeito do cenário econômico futuro do Brasil. Basicamente, o Brasil tem enfrentado, nos últimos 25 anos, dois desafios fundamentais: venceu um, mas ainda não venceu o outro. O desafio vencido foi ter se transformado num país normal. Até o início dos anos 90, éramos um país totalmente anormal, no sentido de que éramos completamente diferente de outros países do mundo. O país tinha dado quatro calotes na dívida externa; a inflação chegou aos 40% ao mês; dormia-se e, no dia seguinte, o dinheiro estava seqüestrado na caderneta de poupança. Na verdade, éramos um país totalmente anormal.

Parece que nos últimos anos conseguimos atingir um certo grau de normalidade: a inflação, hoje, está na casa dos 3,5%; o ambiente democrático é bastante difundido; a distribuição de renda começou a melhorar no início dos anos 90 – e está melhorando cada vez mais ao longo do tempo, por diferentes razões; estamos conseguindo diminuir a pobreza, algo que era, e ainda é, um problema sério – ainda temos algo em torno de 23% da população abaixo da linha de pobreza, mas chegou a ser de 37% até meados da década de 90, ou seja, uma redução substancial da pobreza. Tivemos só um pouco de crescimento econômico, mas, de qualquer forma, atingimos um perfil de país normal.

Tudo isso foi um desafio que este país viveu e conseguiu enfrentar e vencer. Tanto é verdade que, quando analisamos os indicadores econômicos dos últimos anos, inclusive deste ano, constatamos que o nível de emprego vem crescendo sistematicamente a 3% ao ano – uma taxa razoável, nada maravilhosa, mas muito melhor do que tínhamos antes, quando simplesmente o que crescia era o desemprego, e não o emprego. Da mesma forma, os salários estão crescendo a uma taxa relativamente baixa, mas estão crescendo. Então, temos vários anos de crescimento do emprego e de salários reais, algo que o Brasil não via desde o final dos anos 70.

Outra coisa fundamental que aumenta o bem estar das pessoas é o acesso ao crédito. Nós estamos vendo, também, que o Brasil, agora, está na trajetória de melhorar o acesso ao crédito – ainda com uma taxa de juros muito elevada, mas antes tal acesso não havia. Ainda que grande parte da população não tenha acesso ao crédito, esse número vem aumentando. A taxa de variação do crédito foi de 30% em 2004-2005, e este ano alcançará cerca de 21% – de qualquer forma, é ascendente durante vários anos seguidos. A continuar essa trajetória, em algum momento teremos taxas de acesso ao crédito semelhantes às de vários países desenvolvidos. Na verdade, o Brasil tem uma relação crédito/PIB da ordem de 33% – há dez anos era de 20%. Estamos aumentando a quantidade de crédito no PIB, o que é um sinal de que a restrição orçamentária das pessoas está projetada para o futuro. Isso é um fenômeno que em algum momento deve gerar crescimento.

Uma outra coisa importante é o desempenho regional. Notamos uma diminuição da desigualdade, constatada pelo fato de o desempenho regional ser melhor no Nordeste e no Norte, as regiões mais pobres, do que no Sul e no Sudeste. Particularmente em relação à taxa de crescimento das rendas, em 2003 e 2004 aumentou 20% no Nordeste, 17% no Norte, 10% no Centro Oeste, 7% no Sudeste e 0,5% no Sul. Isso mostra que a renda do Nordeste está crescendo mais do que a do Sul. Parte disso tem a ver com programas de transferência de renda – 3% do crescimento da renda do Nordeste se deve a programas de transferência de renda: Bolsa Família, LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), etc. No Norte, 1,5% do crescimento da renda vem desses programas. Os programas de transferência de renda tendem a favorecer essas regiões porque são as mais pobres do país. Nas outras regiões, a porcentagem da renda que se deve a tais programas é relativamente pequena – menos de 1%. Pela primeira vez no Brasil, conseguiu-se fazer um programa de transferência de renda governamental focalizada nos pobres: o programa Bolsa Família. Todos os outros programas de transferência de renda no país favorecem os 50% mais ricos do que os 40% mais pobres. O único programa de transferência de renda no Brasil que favorece os 20% mais pobres é o programa Bolsa Família.

Em relação ao crescimento do PIB, em 2005 a taxa foi de 2,3%, em 2006 o país deverá crescer 3,3% e nossa estimativa é de que em 2007 cresceremos em torno de 3%. Ou seja, o Brasil transformou-se num país normal, mas tem um problema: cresce pouco. Enquanto outros países estão crescendo muito (China 10%; Índia 9%; EUA 3,5%), o Brasil está crescendo a taxas parecidas com as de países desenvolvidos, não com aquelas de países emergentes. Conseguimos nos transformar num país normal (com inflação de 3,5% ao ano), mas o país cresce pouco. Esse é um desafio que o país tem de enfrentar: como resolver o problema do crescimento? Essa é a questão que tratarei em seguida.

Como chegamos até este ponto na economia brasileira? Em primeiro lugar, construímos uma série de consensos importantes: o primeiro consenso é de que o Estado não pode gastar mais do que arrecada, caso contrário a dívida crescerá indefinidamente e, em algum momento, o Estado tem que dar calote. É preciso haver equilíbrio fiscal. Há 20 anos, alguns pensavam: "O Estado pode gastar mais do que arrecada, não faz a menor diferença, pois o Banco Central emite dinheiro, descarrega na mão do Estado, e este paga". Só que isso gera inflação.

O segundo consenso importante diz respeito à política monetária. Em algum momento chegou-se à conclusão de que o Banco Central não poderia ficar dependendo do governo, quando este pressionar por emissão de moeda, o que gera inflação. Hoje, há um razoável consenso no país de que o Banco Central tem que ter alguma independência do governo. Se o Presidente da República controla o BC, gastará mais, vai ter que emitir moeda e gerará inflação. A relativa autonomia do BC é importante para que se tenha uma política monetária consistente. E isso gera estabilidade.

O terceiro consenso importante é a necessidade de honrar compromissos financeiros. Chegou-se à conclusão que, depois de vários calotes, dar calote é ruim. Não é só ruim para o país como instituição, organismo internacional, mas ruim para as pessoas. A cultura do calote não é só ruim socialmente, mas, sobretudo, individualmente. Em países que têm cultura de calote as pessoas não confiam umas nas outras. Acho que o Brasil conseguiu atingir um consenso de que a cultura de pagar suas dívidas é fundamental. O mesmo vale para a redução da dívida pública.

E, finalmente, existe o consenso de que o Estado deva ser uma entidade menos interventora e mais reguladora. Alguns acham que tem que intervir mais, outros que tem que intervir menos; alguns acham que tem que regular mais e outros, menos. Mas, se compararmos com vinte anos atrás, são poucos os que pensam que o estado deva ter empresas que produzam, por exemplo, aço, ferro, etc. Da mesma forma, os serviços de utilidade pública foram privatizados de maneira bastante razoável. Apesar de as pessoas reclamarem que os serviços de utilidade pública são caros (telefonia, energia, etc), não podemos esquecer como esses serviços eram no passado. No final de

1997, por exemplo, um aparelho de telefone celular custava, no Rio, cerca de US\$ 5 mil. Hoje, o custo de instalação de uma linha é de R\$ 10. O processo de privatização trouxe uma melhora monumental à infra-estrutura do país. Não tenho a menor dúvida de que, se tivéssemos uma empresa estatal controlando o sistema de telefonia, teríamos muito menos eficiência – assim como estaríamos exportando muito menos minério de ferro e aço se a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional ainda fossem estatais.

Superados esses desafios, passamos a nos perguntar: o que devemos fazer para crescer mais do os 3% atuais? Nos últimos 12 anos, a taxa de crescimento médio do Brasil é da ordem de 2% ao ano. O ponto importante, entretanto, é que, pela primeira vez, o país está crescendo sustentavelmente a uma taxa pequena. Desde 1994, o Brasil cresce, de forma sistemática, a uma taxa pequena – com exceção de 1998, quando houve uma pequena queda do PIB. Ou seja: é verdade que o país está crescendo pouco, mas também é verdade que está crescendo, finalmente. Agora temos não apenas o crescimento sustentado, mas também um ligeiro aumento da taxa de crescimento. Entre 1994 e 2002, a taxa média de crescimento ficou pouco abaixo dos 2%; entre 2002 e 2006, a taxa situa-se em torno de 2,8%. Verifica-se que algo está mudando, o sistema mostra-se mais eficiente.

Poderíamos, então, nos colocar a seguinte questão: será que para resolver o problema do crescimento precisamos esperar que essa taxa continue aumentando, lenta e sustentavelmente, até atingirmos taxas de crescimento de 5% ou 6%? Gostaria de chamar a atenção para um ponto: o Brasil não mais crescerá, sistematicamente, a taxas de 9% ou 10% ao ano. Crescer, como nos anos 70, durante 4 ou 5 anos, com taxas de 8% ou 9%, não acontecerá mais. O Brasil é um país muito maduro para crescer a taxas elevadas. China e Índia ainda estão numa fase “adolescente” de crescimento – a China tem 80% de sua população no setor rural e a Índia, 70%. A migração para o setor urbano representa, nessas sociedades, um ganho no crescimento do PIB muito elevado – fenômeno vivido pelo Brasil entre 1950 e 1980. Portanto, acredito que poderemos atingir 3% ou 4% de crescimento.

O Brasil pode ser considerado um modelo de sucesso pelo fato de ter logrado empreender um processo de redução de inflação tão forte (de 40% ao mês) sem gerar queda do PIB (só em 1998 foi verificada pequena queda), nem recessão. Debelado o processo de inflação, a economia poderá crescer um pouco mais. Isto significa que a taxa de juros tenderá a cair de forma sistemática, embora a atual seja extremamente elevada – o que é algo muito anormal.

Portanto, crescimento é investimento. E o Brasil investe muito pouco: apenas 20% do PIB. Para que se tenha uma idéia, a China investe 40%, a Índia investe 35% e a Coreia do Sul, 30%. Com essa porcentagem muito pequena do PIB investido pelo Brasil é impossível crescer mais do que 4% ou 4,5%. Quando o país cresceu 8%, investia 30% do PIB. Então, as questões que temos de formular são: a) por que a taxa de investimento é tão baixa?; b) como criar condições para aumentar a taxa de investimento, de tal forma que proporcione um crescimento maior do que 4,5%? Em primeiro lugar, o Brasil investe pouco porque a nossa carga tributária é muito alta (37% do PIB), sob a forma de impostos sobre o produto, a renda, o capital, etc. Ora, alguém investiria mais se tivesse 80% para esse fim, e não apenas 60%. A carga tributária no México, por exemplo, é de 15% do PIB. Então, há algo de anormal.

A carga tributária é alta porque o governo gasta muito. O governo gasta 13% do PIB com aposentadoria e pensão, 4,5% com educação e 7,5% com saúde – ou seja, os três itens somados correspondem a 25% do PIB. Além disso, 6% são pagamentos de juros da dívida e o superávit primário é de 4% – tudo somado dá 35%. O governo tem um déficit nominal de algo em torno de 4% do PIB. E a dívida continua a aumentar, porque o governo segue gastando mais do que arrecada. O Brasil paga juros muito altos – desde 1994 não conseguimos pagar abaixo dos 9% do PIB ao ano (no México o juro real é da ordem de 3% do PIB). Com a baixa da inflação, a tendência

é de queda do juro real. Paulatinamente, vamos passar a algo parecido com o que outros países gastam.

Juros menores ajudam, mas apenas a redução dos juros não resolve o problema. Uma outra anormalidade é a previdência social. O Brasil tem 7% da população com 65 anos ou mais – e gastamos 13% do PIB com a previdência. Outros países que têm 7% da população na mesma faixa etária gastam, em média, 6% do PIB com previdência. Nós gastamos o dobro em comparação a estes. Nós despendemos algo semelhante à França e à Itália – só que esses países têm mais de 20% da população com mais de 65 anos. A China, que muitos gostam de citar como exemplo, gasta 1% do PIB; a Índia não gasta nada, pois não dispõe de sistema de previdência social; e a Coreia do Sul gasta 2%. O Brasil despende, per capita, com os idosos, de 65 anos ou mais, 16 vezes a mais do que gasta com jovens e crianças – temos 30% de jovens até 15 anos e 7% de pessoas com 65 anos ou mais. Alguma coisa nesses números está fora do normal. Educação de jovens é investimento.

Além da previdência social, temos a assistência social (LOAS). Todo cidadão brasileiro quando chega aos 65 anos tem direito a uma aposentadoria de 1 salário mínimo, independentemente de ter contribuído para a previdência social. É importante ter um programa como o LOAS. Só tem um problema: não pode ser de 1 salário mínimo, porque ninguém vai querer contribuir para a previdência social. Quem, por exemplo, ganhando 2 salários mínimos, gostaria de contribuir por 30 anos, pagando 10% de seus vencimentos, para depois receber pouco mais do que 1 salário de aposentadoria? Se eu estivesse nessa condição não contribuiria. A LOAS aumenta a informalidade.

Eu proponho uma reforma da previdência social. As pessoas se aposentam, no Brasil, em média, com 55 anos. Essa idade é quase o auge da vida ativa das pessoas. Aos 50 anos, uma pessoa está no seu ponto mais produtivo, e cinco anos depois, em média, ela já se aposenta. Aos 55 anos, tem-se uma sobrevivência de mais 28 anos. Ou seja, este cidadão vai ficar recebendo da previdência por 28 anos praticamente o salário inteiro da ativa. Esse é um sistema inviável. Quem paga isso? Quem está pagando impostos. Então, acredito que se deva elevar a idade mínima para a aposentadoria para 60 anos. Também é necessário aproximar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres. Há uma tradição de que os homens contribuem 35 anos e as mulheres, 30. Isso não faz sentido. As mulheres vivem mais do que os homens. Outra coisa importante: nenhum país do mundo concede aumento real de aposentadoria (é fundamental, sem dúvida, manter o valor constante). Finalmente, temos de eliminar os casos especiais. Por que os professores se aposentam após 30 anos? Não faz sentido.

O Brasil tem um grande problema de infra-estrutura: ferrovias, transportes, energia, telecomunicações, etc. O país tem de encontrar uma maneira de investir nesse setor. O Estado não dispõe de dinheiro para isso, teremos de contar com investidores privados. E todos os investimentos em infra-estrutura são para longo prazo.

Em relação à educação, o Brasil gasta, basicamente, de acordo com a média internacional: 4% do PIB – o que não é pouco. Acredito que poderíamos gastar mais, uma vez que temos um atraso enorme em comparação com outros países. O problema é que o país gasta muito mal com educação. Por exemplo: o aluno na universidade pública brasileira custa o dobro do que o aluno de universidade pública dos EUA, três vezes mais do que o da Argentina ou do Japão, e 10 vezes mais do que o da Coreia do Sul. Com exceção da Argentina, em todos os outros países a universidade pública é paga. E mais: o custo do aluno no ensino superior é cinco vezes maior do que o custo do aluno do ensino fundamental e médio. Na Coreia do Sul, o custo do aluno do ensino fundamental e médio é três vezes maior do que o do aluno do ensino superior. O resultado todo mundo conhece: os alunos de classe média alta estudam em escolas privadas, que são as melhores do ensino fundamental e médio, e, depois, tentam entrar na universidade pública, que é gratuita. Na

verdade, o que se está fazendo é distribuir renda de pobre para rico. Temos de resolver o nosso problema educacional no ensino fundamental. É por isso que gosto do Programa Bolsa Família.

A pobreza é um problema de geração. Não existem casos na História de eliminação da pobreza em menos de três gerações. As pesquisas demonstram que as pessoas atingem o auge de sua taxa de aprendizagem aos 7 anos de idade. A partir daí, só cai. A partir dos 15 anos, começa a estabilizar e cai. Ou seja, alfabetizar o adulto é difícil, isto é, infelizmente é jogar dinheiro na lata de lixo. O ponto fundamental é alfabetizar a criança: por isso, o Programa Bolsa Família tem de exigir que a criança freqüente a escola (a criança que muitas vezes exerce alguma atividade remunerada e é um componente importante na renda familiar). É necessário também melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio. Vale a pena para a sociedade pagar para a criança ficar na escola porque a taxa de retorno do investimento na educação fundamental das famílias pobres é muito menor do que a taxa de retorno social.

Esses são os novos consensos. Faz parte da escolha da sociedade. Não haverá forma de crescermos sem fazer essas reformas.